

CONTROLE DA NATALIDADE DAS POPULAÇÕES "MARGINALIZADAS" NO BRASIL

Exame de uma Política Demográfica(*)

Thierry Linard de Guertechin

I - PRÓLOGO: DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO MARGINALIZADA

1. População marginalizada e sub-população

Seguindo uma série de indicadores sócio-econômicos, pode-se chegar a distinguir na população brasileira setores ou conjuntos com características próprias. Assim é que, neste caso, podemos identificar populações que apresentam níveis elevados de mortalidade e de natalidade juntamente com baixos níveis de renda, de instrução, de qualificação profissional, de más condições de emprego, de higiene, de moradia, etc. Essas populações bem concretas são as massas pobres, que se encontram por toda parte no Brasil, tanto nas áreas rurais como nas cidades tanto pequenas, como médias ou grandes. A pobreza em si mesma não é um fator marginalizante. Quando se fala de marginalização, devemos entender que se trata de um tipo determinado de pobreza. Comumente falando, a miséria é uma situação limitada que faz com que os que por ela são atingidos vivam à margem da sociedade. Nosso conceito de marginalidade quer significar algo de mais específico dentro do sistema (social). Isto nos parece uma condição essencial para poder discernir populações marginais como sendo sub-populações, sendo então este conceito especificamente conotado por um sentido social. Partindo deste sentido social, é possível analisar as características demográficas dessas sub-populações.

* Nota apresentada no Colóquio da "Association Internationale des Demographes de Langue Française", cujo o tema foi "Demografia e Destino das Sub-Populações", Liège, 21-23 de Setembro de 1981.

2. Definição da marginalidade

Existe uma literatura abundante sobre este conceito, o que torna difícil e discutível a formulação de uma definição. Como não é aqui o lugar de abrir um debate sobre a compreensão e a extensão do conceito de marginalização, somos forçados a apresentar uma definição a título de hipótese de trabalho, na esperança de que se mostrará fecunda e eficaz, no sentido de entender, de um lado a dinâmica dessas sub-populações e do outro lado o projeto de uma política demográfica.

Como pano-de-fundo, temos o processo de desenvolvimento econômico e social vigente no Brasil. É um crescimento econômico baseado na concentração da renda para favorecer o investimento, ou, em outras palavras, a acumulação do capital. Para funcionar, esse processo precisa de uma mão-de-obra barata que socialmente fique à margem do sistema. São, portanto, parcelas da população, que participam, pela sua força de trabalho do sistema econômico, ficando porém à margem e alheias aos benefícios do crescimento. O PIB brasileiro duplicou em 8 anos, de 1967 a 1974, ao passo que o salário mínimo, praticamente não evoluiu quanto ao valor real, durante o mesmo período. Há até fontes fora do governo que falam de uma perda de poder aquisitivo do salário mínimo. Em 1974, a relação entre o PIB e o salário mínimo *per capita* era de 18,5; ao passo que em 1967 era de 9,6. Isto quer dizer que a sub-população no seu conjunto não tem acesso à economia de mercado (consumo de bens duráveis).

Esta não-integração se traduz no espaço pela formação de periferias urbanas, que são zonas da pobreza. Assim é, por exemplo que no Rio de Janeiro, a população das favelas representa de 25 a 30% da população carioca. De 1966 a 1979, a população das favelas aumentou de 323%, ao passo que a população do "asfalto" aumentou de 10%, segundo os dados da Prefeitura. Em todas as aglomerações, grandes e pequenas, uma segregação quanto ao espaço ocupado torna visível o fenômeno da marginalização. Essas populações enfrentam todas os mesmos problemas, que concretizam a não-integração no sistema social (água, esgotos, hospitais, escolas...). A luta para obter melhores condições de vida e de higiene e para obter o direito de propriedade constitui um fator de auto-integração dessas populações que vivem em situação de pobreza. O crescimento de uma consciência social e a reivindicação de melhores condições de vida fazem com que essas populações não formem somente uma soma de casos individuais, mas constituem uma sub-população marginal, consciente de que ela não recebe senão as migalhas do banquete.

O mesmo processo de marginalização se nota nas zonas rurais. O chamado "bóia-fria" é o tipo dos que vão formando um sub-proletariado rural. A divisão da agricultura entre o setor tradicional e o setor moderno foi superada pela penetração do capitalismo no meio rural sob a forma de grandes projetos agro-industriais e de criação de gado bovino, expulsando os "posseiros" de terras agrícolas. Este processo de marginalização, que implica uma grande mobilidade de trabalho (vastos fluxos migratórios em direção das periferias urbanas) condiciona o desenvolvimento econômico.

II - DINÂMICA DEMOGRÁFICA DAS SUB-POPULAÇÕES MARGINAIS

É muito difícil identificar, por meio de estatísticas, as populações marginais. As fontes disponíveis não bastam para poder acompanhar numa análise longitudinal a dinâmica específica dessas sub-populações. Somente a análise de cada grupo separadamente nos permitiria associar estreitamente os movimentos da sub-população e o fenômeno da marginalização e relacionar as fases históricas e as transformações da sociedade como é exigida por um determinado tipo de desenvolvimento (de uns pelo sub-desenvolvimento de outros).

Para avaliar a dinâmica desses sub-ajuntamentos demográficos, somente os recenseamentos decenais e os PNAD's (pesquisas nacionais por amostragens de domicílios) realizados cerca de dois em dois anos, fornecem elementos de informação.

1. A mortalidade

Apesar das dificuldades de calcular a mortalidade no Brasil, estudos sérios mostram que existe uma relação entre os níveis de mortalidade e os índices de nível sócio-econômico, muito especialmente no que se refere à mortalidade infantil e juvenil. O grau de instrução da mãe, as condições higiênicas (água, posto médico, esgotos, etc.) são fatores importantes da diferenciação dessas mortalidades. A renda familiar parece ser mais discriminatória como fator de diferenciação. A esperança de vida ao nascer do conjunto de renda familiar inferior ou igual ao salário mínimo é cerca de 15 anos mais fraco que a esperança de vida ao nascer do conjunto de renda familiar superior a 5 salários mínimos(3). É interessante notar que os pobres (de 0 a 1 salário mínimo) que moram em zonas rurais apresentam um melhor nível de mortalidade daqueles que moram em zonas urbanas (diferença de 5

anos), ao passo que se nota o contrário com relação aos mais ricos (a diferença é de 2 anos a favor dos que moram em áreas urbanas).

Além das diferenças de mortalidade de acordo com a renda familiar, notam-se diferenças da mesma ordem (15 anos) nas regiões do Nordeste e do Sul. No interior de cada região co-existem grandes diferenças entre os diversos grupos sociais (renda familiar), qualquer que seja o nível de mortalidade da respectiva região(2).

Pesquisas locais, como aquelas realizadas em São Paulo, salientaram a distribuição dos índices demográficos-econômicos em áreas geográficas homogêneas.

2. Fecundidade

Pesquisas locais e regionais dão a conhecer algumas conclusões convergentes a respeito dos fatores sócio-econômicos da fecundidade das populações marginalizadas. Nota-se uma relação geral inversa entre a fecundidade e a renda familiar. Mas, abaixo de um determinado nível de renda, a fecundidade tende a diminuir. O nível familiar depende de outras variantes sócio-econômicas que estão em correlação entre si, como, por exemplo, o grau de instrução e o trabalho da mulher... Essas variantes atuam sobre a fecundidade diretamente, ou indiretamente. Por exemplo, as mulheres analfabetas são mais fecundas, mas se casam mais cedo. Os casais que se "juntam" sem casamento, mais freqüentes entre os analfabetos, são mais precoces e mais fecundos que as uniões legais(3). O fator urbanístico não diferencia a fecundidade abaixo de um determinado grau de instrução. Um conjunto de indícios converge em direção da tipologia da mulher "marginal". Pesquisas em profundidade, como aquelas realizadas pelo CEBRAP, relativas ao estudo da reprodução humana, fazem pensar que a teoria da modernização oferece um quadro pouco apropriado, enquanto que os conceitos de dependência e de marginalização parecem conduzir a interpretações teóricamente mais satisfatórias.

3. Migrações

Os movimentos populacionais no espaço respondem à exigência da concentração geo-econômica do sistema capitalista e da sua expansão no ambiente rural, muito especialmente nos diferentes estágios da frente pioneira que, nestes últimos anos, atingiu a Amazônia legal.

Em 1980, calcula-se que 40% da população brasileira é composta de migrantes, que não residem no seu município de origem. O migrante

típico provém das camadas mais pobres da população. Não é levado tanto pela procura de melhores condições de vida (emprego, renda...) quanto pela esperança de sobrevivência. Os que emigram para as cidades enfrentam uma situação de sub-emprego e de baixa renda: esta é a sorte de vastos setores da população urbana. As migrações rurais em direção ao oeste (frente pioneira) são conseqüências do mesmo processo de expulsão (perda dos meios de subsistência). Essa mobilidade no espaço, de modo algum traz consigo uma mobilidade social (vertical), uma vez que a fixação numa determinada área de migração é muito fraca. De 1970 a 1980, as áreas rurais do Estado de Goiás, região típica da frente pioneira de 1960 a 1970, perderam 25% da sua população. As estatísticas não permitem seguir as migrações sucessivas do migrante, mas a importância das migrações interurbanas em direção às grandes metrópoles parece indicar que a metrópole é o termo da caminhada, uma vez que os centros urbanos dão a esperança de melhores oportunidades de emprego e de renda.

III - DESTINO DAS POPULAÇÕES MARGINAIS E POLÍTICA DEMOGRÁFICA

1. A reprodução das populações marginais: um problema político

Essas populações, que vivem em condições penosas e sempre sujeitas a deslocamentos geográficos e sociais, são massas de cidadãos que desfrutam muito pouco de direitos civis e políticos. O círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento lhes nega qualquer participação positiva no sistema sócio-econômico e político. O seu crescimento demográfico faz com que o instável equilíbrio social do sistema corra o risco de transformar-se num desequilíbrio generalizado. A pressão demográfica cataliza a pressão das populações marginais sobre o instável equilíbrio do sistema por meio de movimentos populares, que tendem a organizar-se com o fim de alcançar uma participação melhor econômica e social. Diante dessa ameaça sócio-econômica, o poder e as elites dominantes projetam a introdução de uma política de controle da natalidade das populações marginais.

2. Uma política que reduza as tensões sociais

O esboço da política demográfica do governo brasileiro é essencialmente uma política de saúde centrada sobre o período de reprodução da população. Trata-se de propor medidas que atingem a fase do desenvolvimento do grupo materno-infantil (70% da população) com o fim de conscientizar as mães a respeito da necessidade de limitar sua

fecundidade, por meio de valorização da família de dimensão reduzida. Esse projeto levanta algumas questões:

- Em que medida pretende esse projeto responder às necessidades prioritárias da população por meio de uma diminuição da marginalização, diminuição obtida através de um controle da natalidade dessa sub-população?
- Em que medida essa sub-população vai se beneficiar do acesso e os meios anti-concepcionais sob a forma da distribuição massiva e indiscriminada de anti-concepcionais?
- Em que medida as sub-populações vão aceitar esta política da saúde, ou vão reivindicar uma participação na elaboração e na aplicação desse projeto?

3. Observações finais

Pesquisas feitas sobre o grau de aceitação que vão encontrar os métodos anti-concepcionais revelam um "desejo" de uma grande fração da população feminina no sentido de escolher a dimensão de sua família, sendo que esse "desejo" diminui proporcionalmente, de acordo com a renda familiar.

O projeto de uma política (demográfica) de saúde confere um privilégio de nível individual (melhor bem-estar) sem a mínima referência ao processo marginalizante sócio-econômico, isto é, sem referência à realidade sócio-cultural vivida por essas sub-populações. O que se quer é perpetuar, no quadro de um statu quo social, um modelo autoritário baseado na passividade social das sub-populações, esvaziando assim a ameaça potencial que representa o simples crescimento dessas sub-populações subdesenvolvidas ou marginalizadas pelo desenvolvimento econômico.

Está em jogo o destino social e político dessas sub-populações: elas estão tomando consciência dessa situação por meio de movimentos e de organizações populares que reivindicam uma participação social e política. É somente neste contexto de uma mudança social em nível das estruturas econômicas, políticas e culturais que se torna possível e necessária uma diminuição da fecundidade que não seja uma alienação. A mudança social em profundidade é uma condição para transformar essas sub-populações em "sujeitos" da sua história pessoal e social, da sua mobilidade e da sua integração social, assim como para

torná-las responsáveis pelo seu desenvolvimento e pela sua dinâmica demográfica.

NOTAS:

- (1) ALTMAN, Ana Maria Goldani. "Os aspectos formais para o estudo da fecundidade e nupcialidade", *1 Encontro de estudos populacionais*, ABEP, 1978.
- (2) CARVALHO, José Alberto M. de. e SAWYER, Diana R. J. Oye. "Diferenças de mortalidade no Brasil", *1 Encontro de estudos populacionais*, ABEP, 1978.
- (3) MADEIRA, G. L. e al. *A dinâmica do movimento natural da população brasileira*, Série Estudos e Pesquisas, IBGE, Rio de Janeiro, 1979.